

GT35: Drogas, saberes e direitos

Frederico Policarpo, Bia Labate

Essa proposta é uma nova edição do GT que se encontra desde 2013. O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca dos usos de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexiste em torno dessas substâncias, como a própria definição como “drogas” ou “medicamentos”. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. O ponto de partida é problematizar o paradigma “médico-legal” em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre usos de substâncias, sejam elas classificadas como “drogas”, “plantas” ou “medicamentos”; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle, nos campos da justiça, saúde, religião, ciência, sociedade civil e seus entrecruzamentos; 3) pesquisas que exploram a fluidez de fronteiras entre lícito e ilícito; natural e artificial; social/terapêutico/ritual; endógeno e exógeno; tratamento/prevenção/aprimoramento; proibição/liberação/legalização.

Estudos "altamente promissores": reflexões sobre o uso e a permanência do discurso sobre a de Hidroxicloroquina, Ivermectina e Proxalutamida na pandemia de COVID-19 no Brasil

Autoria: Ana Paula Pimentel Jacob

Com a emergência da declaração de uma pandemia, há diversos movimentos que interseccionam a política, saúde e ciência. Esses são expressos por meio de depoimentos públicos, fragmentos de publicações científicas e protocolos que buscam respostas e formas de lidar com a pandemia. Neste trabalho, o objetivo está em refletir a partir de uma etnografia de documentos feita por meio de artigos de jornais (majoritariamente a Folha de São Paulo, CNN Brasil e Piauí), declarações públicas de agentes estatais, documentos oficiais (notas técnicas, protocolos do ministério da saúde, dentre outros) publicadas desde 2020 até maio de 2022 e que mostram como as medicações presentes no conhecido Kit Covid passam constantemente por órgãos de aval técnico (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sus - CONITEC, Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA) e permanecem em uso. As medicações não tem comprovação científica (CASTRO, 2021), mas apresentam um status de estudos "promissores". Por isso, a frase que leva o título deste trabalho foi retirada de uma expressão dentro de uma Nota Técnica nº 2/2022 publicada em janeiro de 2022 pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, que se referia ao tratamento de Hidroxicloroquina para COVID-19. Ela mostra o quanto o status de promessa dessas medicações consegue fazer com que elas ultrapassem normas, protocolos e se tornem automaticamente parte deles, ainda com críticas e questionamentos sobre os estudos que indicam o uso desse tratamento para o COVID-19. Nesse sentido, percebemos que os medicamentos fazem percursos, trajetórias tais como: políticos propagandeando o seu uso; estudos questionados sobre a sua metodologia; desenho de políticas públicas para esses medicamentos com pressa para avaliar ou cancelar os medicamentos. Por isso, fez-se um recorte de três medicações (CASTRO, 2018) (WHYTE E GEEST, 2011) neste estudo para conseguir alcançar entre as substâncias que aparecem mais popularmente no discurso de políticos, a mais vendida e uma menos conhecida, mas com grande repercussão no tratamento de COVID: Hidroxicloroquina, Ivermectina e Proxalutamida, respectivamente.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

